

PANDEMIA DA COVID-19 E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ADOÇÃO DE MECANISMOS PARA ATRAVESSAR A CRISE NO BAIXO SUL DA BAHIA¹

COVID-19 PANDEMIC AND SOLIDARITY ECONOMY: A CASE STUDY ON THE ADOPTION OF MECHANISMS TO OVERCOME THE CRISIS IN THE SOUTHERN BAHIA LOWLANDS

Adriana Vilas-Boas Borges²

Carlos Henrique Leite Borges³

RESUMO

A principal motivação deste estudo foi identificar as ações mais relevantes adotadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Baixo Sul da Bahia para se fortalecerem e sobreviverem perante a crise da covid-19. Especificamente, buscamos entender quais mecanismos de gestão os EES adotaram para sustentar a comercialização dos produtos, o que fizeram para se sustentarem financeiramente e quais mecanismos esses empreendimentos utilizaram para reforçarem seus laços solidários, baseados nos princípios que fundamentam a economia solidária. Realizou-se um estudo de caso, qualitativo, por meio de entrevistas com a coordenação do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) e sua equipe; e com representantes que integram a cooperativa COOMAFES. Os resultados apontaram que, apesar das dificuldades, foi possível perceber outras formas e maneiras de se lidar com os problemas trazidos pela covid-19. Eles foram capazes de superá-las e continuar suas atividades produtivas, gerando trabalho e renda, garantindo a subsistência e sustentabilidade dos empreendimentos e suas famílias.

Palavras-chave: pandemia, mecanismos de gestão, economia solidária, Baixo Sul.

ABSTRACT

The main motivation of this study was to identify the main actions adopted by the Economic Solidarity Enterprises (EES) in the Southern Bahia Lowlands to strengthen and survive in the face of the covid-19 crisis. Specifically, it sought to understand which management mechanisms the EES adopted to support the sale of products, what they did to support themselves financially and what mechanisms these enterprises used to reinforce their solidarity ties, based on the principles that underlie the solidarity economy. A qualitative case study was carried out through interviews with the coordination of the Public Center for Solidarity Economy (CESOL) and its team and with representatives who are part of the cooperative COOMAFES. The results showed that, despite the difficulties, it was possible to perceive other ways of dealing with the problems brought about by covid-19. They were able to overcome them and continue their productive activities, generating work and income, guaranteeing the subsistence and sustainability of the enterprises and their families.

Keywords: pandemic, management mechanisms, solidarity economy, Southern Bahia Lowlands.

¹ Esta publicação é parte da pesquisa de doutorado **Mulheres e Economia Solidária: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia**, financiada pela Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES da Universidade Federal do Sul da Bahia/UFSB, bolsista da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

³ Doutor em Estado e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade – PPGES/UFSB. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz – Bahia.

1. INTRODUÇÃO

As experiências e práticas ligadas à Economia Solidária são fundamentadas por diversos autores, como atividades econômicas organizadas coletivamente por meio de práticas de solidariedade e cooperação amparadas em diferentes formas de autogestão, que organizadas em redes de aprendizagem e produção valorizam a vida humana (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2004; SINGER, 2002). Tais experiências, segundo os autores supracitados atuam como forma de valorização do trabalho (inclusive os trabalhos que são invisibilizados), bem como estão associadas também ao suporte identitário, à inclusão social e valorização da vida humana autônoma e digna, constituindo assim redes de aprendizagem e fortalecimento dos grupos e empreendimentos solidários.

O conceito de economia solidária apresentado anteriormente, representa também o enfrentamento à precarização do trabalho causadas por um padrão de reprodução capitalista neoliberal que, em países da América Latina, e, especialmente no Brasil, assume a forma Neoextrativista⁴ (BRAND; BOOS; BRAD, 2017; ESCOBAR, 2015; GUPTA; POUW, 2017; NIEDERLE *et al.*, 2019). Essa prática neoextrativista agrava as desigualdades e a pobreza, contribuindo para crises e colapsos tanto ecológicos quanto sociais, sobretudo em grupos e comunidades de populações mais vulneráveis.

A recente crise sanitária, que assolou todo o mundo, provocada pela a pandemia da covid-19 impactou de diferentes formas a vida das pessoas, por exemplo: impactos nos sistemas de saúde, na sustentação econômica do sistema financeiro e da população, impactos na saúde mental dos indivíduos, em virtude do confinamento e temor em contrair a doença, agravando não só as condições de saúde das pessoas, mas também as condições de reprodução material, impactando principalmente as populações mais vulneráveis.

Na tentativa de conter a disseminação da covid-19 e reduzir o número de mortes por contaminação, as autoridades sanitárias mundiais e locais estabeleceram uma série de regras cujos efeitos foram negativos na vida das pessoas, a saber, o distanciamento social, fechamento das atividades comerciais, entre outras medidas. Entretanto, o uso obrigatório de máscaras; campanhas massivas acerca dos cuidados para lavar as mãos; utilização de álcool em gel; hábitos de higiene pessoal, dos alimentos e das compras passaram a ter uma atenção maior das pessoas. Portanto, não se pode afirmar, que nesses casos, os impactos tenham sido somente negativos, especialmente naqueles que resultaram em um maior cuidado com a higiene das pessoas, alimentos, utensílios e espaços comuns. Para além das medidas citadas, os ambientes de trabalho ficaram vazios, o *home office* foi adotado como precaução para redução da curva de contaminação e mesmo com todas as ações adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foram registradas até o mês de abril de 2022 mais de seis milhões de mortes no mundo desde que o surto da doença iniciou em 2020 (BRASIL, 2021).

Dentro desse contexto pandêmico, as desigualdades sociais e a pobreza que já assolavam o Brasil, sobretudo os mais vulneráveis⁵, tornaram-se ainda mais evidentes. As principais vulnerabilidades são a diminuição da renda, a falta de segurança nutricional e alimentar, a fome,

⁴ Termo utilizado pelos autores para explicar um modelo de desenvolvimento baseado, principalmente, na exploração de recursos naturais, a exemplo da mineração, *commodities*, dentre outros e que geralmente são destinados ao comércio externo, favorecendo a manutenção, funcionamento e reprodução do sistema capitalista, que por sua vez, está ligado ao baixo crescimento econômico de longo prazo e associado a impactos sociais e ambientais diversificados (BRAND; BOOS; BRAD, 2017; ESCOBAR, 2015; GUPTA; POUW, 2017; NIEDERLE *et al.*, 2019).

⁵ Entenda-se por pessoas vulneráveis aquelas em condições específicas de preconceitos, discriminações, descaso e falta de acesso a políticas públicas, pessoas sensíveis a impactos decorrentes das crises e exclusão social.

a falta de acesso à moradia, saúde, educação, em suma, todos os direitos básicos fundamentais para que todas as pessoas possam ter uma vida digna foram afetados.

A essas vulnerabilidades já existentes, conforme citadas anteriormente e agravadas pela pandemia, somaram-se as consequências econômicas provocadas pelo fechamento de algumas empresas, resultando em mais desemprego, aumento da informalidade, entre outras dificuldades que impactaram pessoas, famílias e as economias. Muitas empresas e grupos que mantiveram suas atividades tiveram que necessariamente passar por mudanças estruturais na tentativa de adaptação ao novo contexto pandêmico, visando manter seus negócios e suas atividades produtivas, a exemplo do atendimento por *delivery* utilização de ferramentas tecnológicas, inserção, utilização e massificação nas redes sociais, entre outras.

Dessa forma, nesse novo cenário, não só as empresas de acumulação de capital tiveram que se readaptar às mudanças provocadas pela pandemia da covid-19, mas também os grupos e empreendimentos ligados à economia solidária, e não apenas em seus processos produtivos, ou seja, não apenas nos processos de produção de bens e serviços, mas principalmente na comercialização dos produtos, em virtude de precisaram adotar outros meios de comercializar, por exemplo, as redes sociais.

Nesse contexto, e, se tratando de atividades de comercialização voltadas aos empreendimentos solidários, o Território de Identidade Baixo Sul, escala de regionalização e unidade de planejamento para políticas públicas no estado da Bahia, reúne em seu espaço territorial um número expressivo de grupos e empreendimentos solidários que foram afetados durante a pandemia e que precisaram adotar novas estratégias de produção e comercialização, o que resultou nesse estudo a seguinte problemática: Quais as principais ações adotadas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) do Baixo Sul da Bahia para se fortalecerem e sobreviverem durante a pandemia da covid-19?

O objetivo geral buscou identificar as ações adotadas pelos EES no território Baixo Sul da Bahia para se fortalecerem e sobreviverem perante a crise pandêmica. De forma específica buscou-se: (1) entender quais mecanismos de gestão os EES adotaram para sustentar a comercialização de seus produtos; (2) o que fizeram para se sustentarem financeiramente, uma vez que muitos destes enfrentam dificuldades de reservas de capital; e (3) quais mecanismos esses empreendimentos utilizaram para reforçarem seus laços solidários, baseados nos princípios que balizam e sustentam a filosofia da economia solidária.

Nessa perspectiva, foi realizado um estudo exploratório sobre as ações e adoção dos mecanismos de gestão adotados pelos EES no Território de Identidade do Baixo Sul da Bahia, cujo suporte, incentivo e apoio é oferecido pelo Centro Público de Economia Solidária (CESOL) desse território e que é o dispositivo que operacionaliza a Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária no Estado da Bahia.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenação e equipe do CESOL Baixo Sul, buscando entender quais mecanismos de gestão foram utilizados e quais ações foram empreendidas durante o contexto pandêmico para que fossem fortalecidas as atividades produtivas, a comercialização e os laços solidários dos empreendimentos, de modo que fosse possível garantir a sobrevivência de tais empreendimentos e de suas famílias, apontando as ações desenvolvidas pelo centro público e a readaptação dos empreendimentos solidários ao novo contexto. É importante salientar que os dados e informações deste estudo também estão incluídos e fazem parte de uma pesquisa maior de tese de doutorado da autora deste artigo.

Foram realizadas também entrevistas com seis mulheres da Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-Bahia (COOMAFES), uma importante

cooperativa do território que tem se apresentado como relevante vetor econômico para as cooperadas no sentido de oportunizar trabalho, renda e sustento para suas famílias, além de proporcionar considerável visibilidade às atividades ligadas à economia solidária, demonstrando que a partir da organização associativa e cooperada empreendimentos solidários podem se fortalecer, firmar parcerias e dar bons frutos.

É importante enfatizar que a força produtiva dos empreendimentos solidários do território Baixo Sul concentra suas atividades, principalmente, na agricultura familiar. Dessa atividade, originam-se outras ligadas a ela como a cozinha produtiva e o artesanato, cujos produtos são comercializados principalmente na Feira de Mulheres da COOMAFES e na loja do Espaço Solidário, mantida pelos empreendimentos e apoiado pelo CESOL. Além das atividades produtivas já citadas, destacam-se também outras como a pesca, produção de dendê, farinha de mandioca e beiju. Parte do que é produzido também é comercializado nas mais diversas feiras livres dos municípios que fazem parte do território de identidade estudado, bem como por meio da comercialização própria dos empreendedores solidários e em feiras fora do território apoiadas pelas ações da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioproductiva da Economia Solidária no estado da Bahia.

O artigo está estruturado em seis seções, iniciando por esta introdução. Na sequência, apresentamos reflexões acerca do sistema capitalista, evidenciando suas vulnerabilidades e de como elas se tornaram ainda mais evidentes durante a crise pandêmica. Abordamos também a economia solidária nesse cenário específico. A terceira seção traz os procedimentos metodológicos do estudo. Na quarta seção são apresentados os aspectos gerais do território de identidade estudado e na quinta seção são evidenciados os resultados e discussões do estudo, pautado nas experiências dos empreendimentos econômicos solidários do Baixo Sul durante a Pandemia da covid-19 e a adoção das ações e mecanismos de gestão que foram adotados no enfrentamento da pandemia, seguido das considerações finais.

2. O SISTEMA CAPITALISTA, SUAS CONTRADIÇÕES E A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A hegemonia do sistema capitalista se caracteriza principalmente pela acumulação de riqueza de maneira constante por intermédio da apropriação dos meios de produção e dominação da força de trabalho, resultando em um processo de concentração do capital e poder econômico em favor de uma minoria de corporações. Essa caracterização tem seus conceitos baseados no pensamento de Marx (2013), mais explicitamente em sua obra *O capital*, que contribui dizendo que dentro das sociedades capitalistas as questões sociais ficam em um plano secundário, provocando desta forma um profundo crescimento das desigualdades sociais (HARVEY, 2018).

A desigualdade social, por sua vez, de acordo com as análises de Harvey (2018), evidencia as vulnerabilidades sociais vivenciadas por indivíduos, fragilizados por fatores como pobreza, fome, desemprego etc. e, portanto, podemos dizer que a vulnerabilidade está correlacionada com o surgimento da questão social e do capitalismo. Ou seja, “no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador [...] que ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (MARX, 2013, p. 720). Conforme explica de Sousa Santos (2020), tudo isso está aliado ainda a um modelo de sociedade que conduz a humanidade a uma situação de catástrofe também ecológica, devido à exploração sem limites dos recursos naturais.

Ao tratarmos de desigualdades e vulnerabilidades sociais, podemos destacar as fragilidades do sistema capitalista que se tornaram ainda mais evidentes durante a pandemia do

covid-19, quando os sujeitos foram fortemente impactados, na medida em que as classes sociais mais baixas deixaram de lograr direitos sociais considerados básicos, a exemplo, inclusive, de se protegerem do vírus, além de terem acesso escasso ou a falta de acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, segurança etc. Direitos esses que muitos já não logravam antes mesmo do surgimento da pandemia, mas que se naturalizaram no dia a dia da sociedade, o que se evidenciou de maneira alarmante durante a epidemia que assolou o mundo.

Isso quer dizer que as desigualdades e vulnerabilidades sociais oriundas do sistema capitalista não passaram a existir após a crise do coronavírus, mas, sobretudo, esse sistema já vivia em intenso estado de crise, ocasionando inúmeras dificuldades, principalmente às classes e grupos menos favorecidos, não sendo capaz, portanto, de dirimir seus impactos negativos à classe trabalhadora e aos mais pobres. Essa afirmação corrobora com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, ao salientar que:

A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro –, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. (DE SOUSA SANTOS, 2020, p. 5)

A covid-19 mostrou o crescimento avassalador do desemprego em vários países do mundo e no Brasil não foi diferente. Seguindo a alta taxa de desemprego, aumentaram também as solicitações do seguro-desemprego, consequência da perda de postos de trabalho e aumento da informalidade, que ficou em torno de 40% da força de trabalho (IBGE, 2020a), além das inúmeras solicitações do auxílio-emergencial do governo federal e, em alguns casos, auxílios oferecidos por governos estaduais e municipais. A taxa média de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados do país, acompanhando a média nacional que aumentou de 11,9%, em 2019, para 13,5%, no ano de 2020, ano em que o distanciamento social foi fundamental para diminuir a propagação do vírus. As maiores taxas foram registradas em Estados do Nordeste e as menores no Sul do país. Esses resultados decorrem dos efeitos da pandemia de covid-19 sobre o mercado de trabalho (IBGE, 2020b).

Os números supracitados apontam para uma série de problemas enfrentados pela população antes mesmo da pandemia, mas que, especialmente no Brasil, se tornaram ainda mais evidentes, mostrando as inúmeras vulnerabilidades sociais às quais os sujeitos de classes mais pobres estão expostos, e que se tornaram ainda mais explícitos e escancarados durante a crise do covid-19. O aumento da pobreza e da extrema pobreza, a fome, a falta de acesso à saúde, segurança e moradia, educação, entre outros direitos essenciais para a dignidade humana demonstraram, principalmente, a ineficácia do Estado e das políticas públicas de enfrentamento destinadas a combater as desigualdades sociais⁶, uma questão que é histórica e conjuntural em nosso país, principalmente após o golpe de 2016 (BORGES, 2021).

No Brasil, os programas e políticas públicas vêm sendo extintos desde o governo Temer e se agravou ainda mais após o governo Bolsonaro em que foram e estão sendo debilitadas e desmanteladas. Além disso, as políticas emergenciais adotadas durante a pandemia se apresentaram como insuficientes para sanar os problemas por conta da imensa falta de zelo e responsabilidade na adoção de medidas que a crise sanitária e econômica exige de um chefe de Estado.

⁶ Conforme descreve o autor Jessé de Souza (2015) sobre as desigualdades sociais, as leituras empobrecedoras do debate político brasileiro, além da perfeita união entre economicismo e culturalismo conservador em seu livro – A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite.

Sobre essa questão, de Sousa Santos (2020, p. 10), aponta que “em particular, a política, que deveria ser a mediadora entre as ideologias e as necessidades e as aspirações dos cidadãos, tem se demitido dessa função. Se mantém algum resíduo de mediação, é com as necessidades e as aspirações dos mercados”. Dessa forma, os sujeitos em maior condição de vulnerabilidade passaram pela falta de assistência à saúde até mesmo para combater e se proteger do vírus, muitas crianças não tiveram acesso às atividades escolares por falta de estrutura das escolas na condução das atividades durante o isolamento social, acesso à internet, acesso às aulas remotas etc.; sem ter como pagar as contas, pela falta de trabalho, emprego e renda muitas famílias perderam suas moradias, entre outras mazelas.

Todas essas reflexões sobre as debilidades de programas e políticas públicas, bem como do atendimento das reais necessidades das populações, em especial as mais vulneráveis, demonstram, para além da ineficiência do Estado, também as fragilidades do sistema capitalista, pois, tal sistema não é e não foi capaz de revelar resultados positivos social e economicamente nem no Brasil nem no mundo durante a pandemia, deixando relegada e à margem da sociedade a população mais vulnerável. Para além disso, mesmo aqueles que são os “detentores do capital” não deixaram de ser impactados economicamente pela crise do coronavírus e, nesse sentido, podemos corroborar com o pensamento de Marx (2014) em seu livro II do *O capital*, quando ele discorre que há uma contradição no modo de produção capitalista, uma vez que os trabalhadores também são compradores de mercadorias e, portanto, importantes para o mercado, apesar da sociedade capitalista tender a reduzi-los ao mínimo preço quando se trata da sua força de trabalho. Diante de todo o exposto até aqui, podemos entender que “o capitalismo poderá subsistir como um dos modelos econômicos de produção, distribuição e consumo, mas não como único – e muito menos como o que dita a lógica da ação do Estado e da sociedade”, conforme aponta de Sousa Santos (2022, p. 24).

A pandemia e a quarentena revelaram as possibilidades de outras alternativas de vida e economias e que as sociedades podem se adaptar a novos modos de viver, produzir, consumir e conviver nesses primeiros anos do século XXI já que, desde o início do século XX, ocorre um debate sobre alternativas ao capitalismo no seio do processo político, que, na medida em que as discutia, assumia uma dimensão civilizatória, considerando alternativas econômicas, sociais, políticas e culturais que apontam para horizontes pós-capitalistas, modelos de desenvolvimento, de vida e de sociedade que atenuem a agressão cada vez mais intensa à natureza induzida pelo capitalismo e tudo o que ele envolve (DE SOUSA SANTOS, 2020).

Nessa perspectiva, a economia solidária tem cada vez mais se apresentado estrategicamente como alternativa aos novos modelos econômicos, antes mesmo da pandemia da covid-19, tendo em vista que sob os pilares de princípios igualitários e democráticos e por meio de iniciativas baseadas no coletivo de produção, comércio, crédito e consumo; é definida, de acordo com Singer (2008), como forma de repensar a obtenção de recursos, desde os financeiros, de produção, organização e de pessoas, por meio da qual se busca uma gestão mais humanizada, com vistas à redução das desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista, pautado no mercado e na competição. Além dos princípios e bases em que se sustenta a economia solidária, há ainda outras peculiaridades e características importantes como a autogestão, a cooperação e a solidariedade, que difere a gestão dos seus empreendimentos das demais formas de gestão capitalista, já que “a própria atividade econômica se liga aos valores e o pensar coletivos servindo de base para fortalecer os grupos” (BORGES, 2021, p. 92).

Singer (2005, p.138) reforça a questão da autogestão dizendo que “é a fórmula de introduzir a democracia no mundo econômico”, pois é com ajuda da democracia que os trabalhadores buscam gerir seus empreendimentos, compartilhando com todos os resultados,

desde os econômicos até os políticos e culturais, os valores e saberes, sem distinção de gênero, idade ou raça. A economia solidária, portanto, defende a autogestão e os princípios de cooperação e solidariedade porque entende que o conjunto daqueles que trabalham na empresa pode, democraticamente, geri-la, sem que haja divisão entre aqueles que tudo podem e aqueles que somente cumprem as tarefas em troca de salário, principalmente em relação às decisões e rumos dos empreendimentos, das atividades produtivas e das relações com clientes e fornecedores (SINGER, 2005).

Dessa forma, o coronavírus trouxe impactos tanto para atividades econômicas quanto para as atividades produtivas como já citado anteriormente. O modelo baseado no capital, ainda que hegemônico, não foi capaz de resolver as dificuldades e efeitos danosos à economia dos países, desde a quebra de empresas, redução brusca de lucros, endividamentos, corrupção etc., tampouco minimizar as desigualdades sociais e a total exclusão, em especial de grupos em condições mais vulneráveis, resultantes do caos que se instalou durante a crise sanitária.

Contudo, mesmo em meio a uma das maiores crises sanitárias e econômicas que assolou o mundo, foi possível, no Brasil, identificar experiências ligadas à economia solidária que se destacaram pela continuidade de atividades produtivas, geração de trabalho, emprego e renda, assim como redes e laços solidários que contaram como apoio de uns aos outros quanto ao distanciamento social em coletivos solidários, mesmo em meio a toda a situação difícil. Essas experiências reforçam que o modelo capitalista vigente não é a única alternativa de modos de vida, produção e consumo para as sociedades e que mesmo em meio a crises há outras possibilidades, conforme cita de Sousa Santos (2020, p. 31), capazes de promover “uma viragem epistemológica, cultural e ideológica que sustente as soluções políticas, econômicas e sociais que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta”.

Como exemplo de algumas dessas experiências, podemos citar a Feirarte Potiguar de Economia Solidária, descrita por Silva *et. al* (2021), em que um coletivo formado por 20 empreendimentos econômicos solidários composto por mulheres acima de 60 anos residentes e atuantes nos municípios de Natal, Parnamirim e Região do Seridó Potiguar, que produzem e comercializam artesanato e, durante a pandemia, viram a necessidade de adaptação da comercialização para o ambiente virtual, o que realizaram pela criação de uma loja virtual, superando limitações no uso das ferramentas virtuais. Já Sousa, Jesus e Beraldo (2021) analisaram a experiência dos agricultores familiares de empreendimentos coletivos da Cooperativa Agroindustrial do Reassentamento Córrego Prata (COOPRATO), no Estado do Tocantins, e os resultados apontaram para a queda das vendas pela metade durante a pandemia e, em decorrência disso, os agricultores buscaram mercados alternativos para superar as dificuldades de comercialização pela utilização de tecnologias da informação e comunicação, ampliando o acesso à internet, usando aplicativos por meio de canais de compras e vendas e inserção ao sistema de *delivery*, inclusive para compras institucionais realizadas pelo poder público, visto que durante a pandemia não foi possível comercializar nas feiras livres.

Para fortalecer essas e outras experiências foi possível contar também com as formações realizadas pela Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária⁷, com a participação de mais de 600 pessoas desde os primeiros encontros realizados durante a pandemia, por meio de conferências virtuais com gestores de vários municípios, cujos participantes tiveram acesso a informações do campo científico e prático para dar suporte no processo de implementação e fortalecimento de políticas públicas de Economia Solidária, como estratégia para superar a crise nos municípios brasileiros.

⁷ Cf.: Redes de Gestores. Disponível em: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/gestores-publicos-participando-encontro-de-formacao-em-economia-solidaria-da-rede-de-gestores/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

É sobre essas outras possibilidades que apresentaremos nas próximas seções algumas experiências que garantiram a grupos de economia solidária no território do Baixo Sul baiano, mesmo durante a crise pandêmica, trabalho e renda, ou seja, garantiram a subsistência de seus empreendimentos e de suas famílias, demonstrando que essa outra economia foi capaz de se reinventar e passar por mais esse desafio.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender aos objetivos traçados foi realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, com ajuda de entrevistas semiestruturadas em profundidade, utilizando-se da escuta ativa realizadas nos meses de outubro e novembro de 2020, virtualmente, por meio das ferramentas de *Whatsapp e do Google Meet*, como também nos meses de julho e agosto de 2021, presencialmente. As entrevistas foram gravadas em voz e vídeo, transcritas e, após essas etapas, analisadas e interpretadas qualitativamente, de acordo com as questões prévias estabelecidas no questionário, buscando identificar nos relatos, explicações que atendessem as questões do estudo, bem como entender as impressões e percepções dos sujeitos de forma muito mais ampla, manifestados explícita ou implicitamente em suas falas e/ou comportamentos.

Para isso, as entrevistas foram divididas em dois grupos: (1) com a coordenação e equipe do CESOL Baixo Sul, composta pelos técnicos que prestam assistência técnica aos EES e que, no caso deste estudo, participaram dois dos técnicos, os quais um é técnico agrônomo e o outro é ligado a área de administração de empresas e a coordenadora do centro público local. Essa escolha se justificou, justamente por essa equipe encontrar-se ligada a todos os empreendimentos solidários do território estudado, prestando-lhes a assistência que lhe é peculiar no trabalho do CESOL e que durante a pandemia deu suporte aos grupos solidários no que diz respeito a adoção de novas práticas de gestão dos empreendimentos, buscando entender como o CESOL Baixo Sul contribuiu no processo de readaptação dos empreendimentos durante a crise pandêmica, bem como quais mecanismos e ações foram empreendidas durante o contexto pandêmico para que fossem fortalecidas as atividades produtivas, a comercialização e os laços solidários dos empreendimentos, a fim de garantir a sobrevivência de tais grupos e de suas famílias e; (2) Entrevistas com seis mulheres cooperadas da COOMAFES – Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença-Bahia, as quais três delas são membros da diretoria da cooperativa, entre elas, a presidente da COOMAFES e mais duas mulheres membros da diretoria – a diretora de educação, treinamento e qualificação da cooperativa e a diretora de comercialização. Além das mulheres membros do corpo diretivo foram entrevistadas mais três cooperadas por indicação da presidente, sendo estas, as cooperadas mais antigas da cooperativa. Vale ressaltar que a COOMAFES é um dos empreendimentos solidários do Território Baixo Sul também assistido pelo centro público local, uma importante cooperativa do território, que tem se apresentado como relevante vetor econômico para as cooperadas. Justifica-se a escolha somente dessas seis mulheres e especificamente nesta cooperativa por conveniência, pois em meio aos outros empreendimentos solidários do território as mulheres dessa cooperativa estão fazendo parte do estudo de doutorado intitulado Mulheres e Economia Solidária: ressignificação de papéis e trajetórias no Baixo Sul da Bahia, de um dos autores desse artigo citado no início desse texto.

O principal foco das entrevistas foi identificar as ações desenvolvidas pelo Centro Público do Baixo Sul e a readaptação dos empreendimentos solidários ao novo contexto.

O Centro Público de Economia Solidária – CESOL⁸ é o dispositivo que operacionaliza a política pública de assistência técnica e inclusão socioprodutiva da economia solidária no estado da Bahia e que apoia e orienta os empreendimentos por meio de ações, incentivo, fomento e recursos empreendidos por tal política pública (BORGES, 2021).

4. O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BAIXO SUL DA BAHIA: ASPECTOS GERAIS

A formação do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia traz em sua história aspectos da colonização na formação de vilas, as quais em diversas cidades e comunidades podemos encontrar igrejas construídas ainda pelos jesuítas quando chegaram e colonizaram povos indígenas, bem como a formação de inúmeras comunidades quilombolas, uma vez que muitos negros foram trazidos para trabalhar em terras de cana-de-açúcar (SILVA, 2013).

As atividades econômicas do território estiveram historicamente ligadas ao extrativismo do pau-brasil e da cana-de-açúcar, às primeiras tentativas de plantio de mandioca e determinadas fruteiras e à cultura cacaueteira. Entre as principais atividades agrícolas desenvolvidas hoje no Baixo Sul encontram-se o dendê, o cacau, a borracha, a mandioca e o gado bovino. Devido ao clima úmido e pela floresta ainda conservada, são comuns o cultivo e a comercialização na beira da estrada de uma variedade enorme de frutas como cajá, rambutan, cupuaçu, seriguela, jambo, banana, entre outros produtos. O território conta também com atividades da agricultura de base familiar e sua diversificação de culturas, entre outras atividades como a pesca e a mariscagem, que é também marcante. Ao longo de toda rodovia BA-001 é possível encontrar diversas comunidades de pescadores, barcos, equipamentos de trabalho e bancadas de comercialização dos pescados, e mariscos e de outros frutos do mar que essas comunidades exploram economicamente (PORTO, 2016).

O Território de Identidade ocupa uma área de 7.695 Km² e população estimada em 359.109 habitantes (IBGE, 2014) e é composto administrativamente pelos municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (BAHIA, 2016). Dos moradores que constituem o território 151.525 são moradores da zona rural e possuem 22.040 unidades da agricultura familiar (MDA, 2015). A população rural é responsável por movimentar boa parte da economia dos municípios e a agricultura familiar e a pecuária são as principais responsáveis por fixar as famílias no campo, além reafirmar os valores, cultura e tradições religiosas e familiares das comunidades.

5. MECANISMOS DE GESTÃO E AÇÕES ADOTADAS PARA SE MANTEREM DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Esta seção apresenta como os empreendimentos econômicos solidários do Território Baixo Sul da Bahia lidaram com a crise da pandemia da covid-19, ou seja, quais ações foram desenvolvidas para que tais empreendimentos se mantivessem e se sustentassem, bem como às suas famílias diante das circunstâncias da crise pandêmica, em especial nos dois primeiros anos (2020 e 2021), quando ocorreu o fechamento do comércio e os *lockdowns* por conta do distanciamento social na tentativa de conter e diminuir os índices de contágio e morte pela doença.

⁸ Na Bahia, o fomento a economia solidária tem se desenvolvido, desde 2007, com ajuda da Superintendência de Economia Solidária – SESOL, órgão da administração direta vinculado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, por meio do Programa Bahia Solidária: Mais Trabalho e Renda. Esse programa constitui o primeiro passo para a consolidação de uma política pública de economia solidária no Estado (BAHIA, 2018).

Conforme a coordenadora do CESOL Baixo Sul no território, os empreendimentos se articularam mais em nível local e regional e buscaram desde o ano de 2020 até agora fechar novas parcerias, por exemplo, a comercialização dos produtos em outras lojas do CESOL em Salvador, Portal do Sertão e Projeto Brasil na Caixa, com a finalidade de destacar os pequenos agricultores utilizando canais de comunicação e que é coordenado pelo Chef de cozinha Guga Rocha, em que é promovida a história e biodiversidade dos produtos, parcerias com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os Festivais Juninos Virtuais de Economia Solidária realizados em 2020 e 2021, entre outras.

Outra ação desenvolvida, de acordo com os relatos da presidente da COOMAFES foi a mudança de foco nos produtos oferecidos e também na forma de comercialização por alguns empreendimentos em determinados momentos da pandemia, como foi o esforço para produção de máscaras e o aumento da procura por frutas, legumes e hortaliças orgânicos, em que se realizava a venda e entrega por meio do site da loja do espaço solidário, além da demanda por cestas agroecológicas que passaram a ser os itens mais demandados aos grupos do território. (Presidente da Coomafes). Sobre esse aspecto, é importante refletir que ações como essa relatada pela presidente da COOMAFES, acerca da produção e comercialização de produtos foram ações que ocorreram concomitantemente a um conjunto de ações de caráter emergencial, que estavam conectadas a uma grande mobilização em todos os territórios do estado em que a política pública também se fazia presente.

Com a finalidade de garantir a subsistência das famílias e dos empreendimentos durante o período mais conturbado da crise sanitária, foi possível ampliar as articulações em rede com os parceiros e demais atores públicos e privados, além de lançar mão do uso de tecnologias que pudessem facilitar a comunicação como estratégia para suprir as limitações impostas pela crise. Os técnicos que fazem parte da equipe do Cento Público de Economia Solidária relataram que tais mecanismos garantiram a subsistência das famílias, merecendo destaque as estratégias de comunicação e uso de ferramentas virtuais. “Estas foram adotadas de modo a aproximar as ideias, viabilizar debates e encaminhar decisões, para não haver prejuízo na assistência prestada que viabilizavam os processos de comercialização”, explicou a coordenadora do CESOL.

Além disso, de acordo com as entrevistas cedidas pela equipe técnica do Centro Público, o CESOL Baixo Sul tem se consolidado como dinamizador regional das ações de enfrentamento aos impactos sociais, econômicos e sanitários causados pela pandemia. As parcerias firmadas, principalmente com o (MPA), Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB), CÁRITAS e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais/Bahia (SASOP), possibilitaram a comercialização de inúmeras cestas agroecológicas alimentares e a inserção de produtos em novos mercados, por exemplo, a plataforma de comercialização do Raízes do Brasil, iniciativa gerenciada pelo MPA/BA.

No início da pandemia houve também a comercialização de mais de 120 mil máscaras de proteção, item essencial para a prevenção do contágio da covid-19. O CESOL intermediou e apoiou a organização e logística do processo, bem como a divulgação de empreendimentos que estavam inseridos nesse setor. É preciso ressaltar o esforço na construção de uma relação de pertencimento do processo de comercialização em sua totalidade para que os empreendimentos alcançassem certa autonomia ao comercializar (Coordenadora Cesol).

Outro aspecto importante relatado pelas mulheres da COOMAFES que foram entrevistadas foi a respeito da produção e comercialização das 120 mil máscaras citadas no parágrafo anterior. Elas destacaram a articulação e o movimento orientado para grupos que trabalhavam com o artesanato que, possivelmente, no início e durante a pandemia ficariam sem atividade produtiva, comercialização e renda de seus produtos, devido a não

realização de feiras, à baixa procura e queda nos números das encomendas e demandas por seus produtos por conta dos *lockdowns*, principalmente porque os pontos de comercialização, por exemplo, a loja do Espaço Solidário do território estaria fechada, entre outros fatores. A COOMAFES relatou a participação em pelo menos dois editais. A cooperativa funcionou como empreendimento “guarda-chuva” ao distribuir trabalho e renda a outros grupos solidários de menor porte no território, a exemplo da Associação das Dálias, no município de Valença, e a Associação Mãos que fazem Arte, no município de Ituberá.

É fato que o distanciamento social⁹ por conta da covid-19 foi uma das medidas de maior impacto tanto para as economias quanto para as relações sociais entre os indivíduos, sejam eles jovens, adultos, crianças ou idosos. É possível perceber ainda hoje, mesmo após a vida ter retomado as atividades presenciais, chamadas “normais”, os efeitos que a medida trouxe. Como exemplo, podemos citar relatos de casos de depressão, quadros de ansiedade, tristeza, falta de esperança no futuro, quadros de pânico, como também o aumento de casos de intolerância e agressões, em especial com jovens, nas escolas, após o retorno das aulas presenciais, conforme tem sido notícias nas mídias sociais, jornais e televisão, entre outros. Também não foi diferente, tampouco fácil, para os atores sociais ligados ao trabalho associativo e cooperado que participam de atividades produtivas da economia solidária, pois são indivíduos que constituem, compõem e fazem parte da nossa sociedade.

Foi necessário durante os piores momentos da crise que os laços solidários se aprofundassem entre os associados para que pudessem enfrentar as dificuldades trazidas pela pandemia. Nesse cenário, de acordo com a equipe técnica do CESOL, nas palavras da coordenadora, “a Política Pública da Economia Solidária no Baixo Sul da Bahia tem lastro nas relações pessoais e institucionais, estabelecidas historicamente na essência e na cultura do povo”. (Coordenadora Cesol). Para ilustrar suas palavras ela citou como exemplo o funcionamento das feiras livres, “típica expressão da socioeconomia popular, onde a cooperação, solidariedade e o respeito são mais importantes que a concorrência e a competição”.

Dessa forma, de acordo com o CESOL Baixo Sul da Bahia, a necessidade de reforço dos princípios da Economia Solidária perante os atores dos EES foi de fundamental importância durante toda a crise sanitária, por meio de tarefas educativas como as *lives* com temas pertinentes à economia solidária, palestras virtuais com participação de convidados, vídeos explicativos, oficinas, formações, etc., oferecidos em linguagens acessíveis à população e com inserção obrigatória na resolução de problemas reais.

Sobre esse aspecto, uma das cooperada da COOMAFES que atualmente ocupa o cargo de diretora de educação da cooperativa explica que formações sobre economia solidária e redes sociais, estudos de viabilidade econômica, finanças solidárias, saúde e bem-estar emocional foram algumas das muitas outras atividades desenvolvidas “pelos e para” empreendimentos durante o período da pandemia para que estivessem mais fortalecidos e munidos de valiosas informações que pudessem ajudar na manutenção dos empreendimentos e na continuidade da geração de trabalho e de renda (Entrevistada A, 2020).

Atualmente, é possível afirmar que os EES têm uma noção mais acertada do seu papel e das atribuições do CESOL. Isso facilita também nas constantes tomadas de decisão que se aproximam mais da realidade e tornam o trabalho do Centro Público viável. Além disso, as intervenções por meio da assistência prestada pelo CESOL nos âmbitos comercial,

⁹ Decreto Estadual nº 19.529/2020, de 18 de março de 2020, que regulamenta no Estado da Bahia medidas temporárias para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e demais decretos de alterações das medidas a partir deste.

administrativo, jurídico e contábil têm sido realizadas de forma ampla, atendendo todos na Rede Baixo Sul, dentro de suas especificidades, e proporcionando melhorias significativas quando comparadas à situação original de cada um deles. “Espera-se que, com a continuação do trabalho, os grupos alcancem ainda mais a soberania, se configurando em instrumentos proativos do desenvolvimento regional”(Coordenadora Cesol).

Outro aspecto destacado pelo CESOL é o fortalecimento em Rede dos empreendimentos para além de suas localidades. As parcerias em rede firmadas em especial durante a pandemia trouxeram uma clareza maior para os atores solidários de que esse fortalecimento passa não apenas pela comercialização dos empreendimentos, mas, sobretudo, pela percepção que ela pode ser muito mais que um meio de vender os produtos locais. A coordenadora complementa:

Nenhum dos importantes resultados alcançados com a venda dos produtos do território teria acontecido caso não houvesse organização e articulação dos empreendimentos em rede e que, portanto, a Rede Baixo Sul deve ser encarada por suas partes como fundamental para a sua própria sobrevivência e não como um mero instrumento. (Coordenadora Cesol, 2020)

Essa articulação e organização dos empreendimentos em rede teve um apoio do CESOL Baixo Sul em todas as suas etapas, bem como o acompanhamento e suporte a todas as atividades realizadas. Isso é demonstrado na fala da presidente da COOMAFES, Branca quando diz que:

O CESOL tem sido um importante parceiro de todos os empreendimentos no território. Essa parceria se reflete no apoio que nos é dado, no acompanhamento principalmente das atividades para gerar renda para nós e o apoio na organização dos empreendimentos em Rede só nos trouxe pontos mais positivos. Ficamos muito mais fortalecidos. (Presidente Coomafes, 2020)

Ainda sobre o fortalecimento e apoio mútuo durante a pandemia, as mulheres da COOMAFES entrevistadas relataram que os grupos também buscavam se apoiar no decorrer do distanciamento social por meio das redes sociais, em especial o *Whatsapp*. Eles se comunicavam por meio de mensagens e agendavam chamadas de vídeo coletivas pelo aplicativo e pelo *Google Meet* para conversarem, se alinharem quanto a sugestões de trabalho e se apoiarem, principalmente quando alguém se encontrava doente, inclusive afetado pela doença da covid, entre outros assuntos. Esses momentos estabeleciam, segundo elas, uma rede de apoio bastante significativa para se manterem fortalecidas durante o distanciamento social. É o que demonstrou a entrevistada B em sua fala:

Durante a pandemia, a gente deixou de realizar a feira, deixou de se encontrar nas reuniões, de sair para os eventos, as feiras que às vezes a gente fazia fora do território até e isso foi muito triste, muito triste mesmo! Então a gente começou a se falar mais pelo Whatsapp e também nas reuniões que a gente fazia por chamada de vídeo. A gente aprendeu muito e também se ajudou. Era muito bom quando a gente se reunia mesmo de longe, assim... Porque a gente tinha certeza que mesmo longe a gente se ajudava do mesmo jeito. Essa forma de a gente conversar mesmo de chamada de vídeo ajudou muito a gente que tava longe assim um do outro. (Entrevistada B, 2020)

Por fim, tanto o CESOL quanto as mulheres da COOMAFES entrevistadas mencionaram o engajamento dos empreendimentos e demais parceiros locais/regionais nas ações de arrecadação e doação de alimentos e outros produtos para famílias necessitadas. Uma ação conectada ao movimento fomentado pelo Comitê Popular Solidário¹⁰ – Articulação

¹⁰ Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2020/04/noticias/solidariedade/comite-popular-solidario-lanca-campanha-para-arrecadar-doacoes/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Solidária – Saúde, Emprego e Renda: um novo mundo possível. Foram doadas mais de quatro toneladas de alimentos distribuídos em cestas agroecológicas, compostas por frutas, legumes, raízes, hortaliças, biscoitos, beijus, sequilhos, tapioca, entre outros produtos para famílias carentes da região.

Consoante a entrevistada C, cooperada da COOMAFES, “*foi uma ação muito bonita! Os empreendimentos se organizarem para fazer essas doações. Não havia assim, desperdício da nossa produção e a gente ainda ajudava a quem não tinha.*” Essa ação por parte dos empreendimentos indica que, por mais que a melhoria na geração de renda e o fortalecimento da economia solidária na região seja uma busca constante, ela nunca está dissociada da realidade, tampouco indiferente ao sofrimento de outras pessoas. “Logo, o CESOL Baixo Sul enaltece e agradece a compreensão e solidariedade das pessoas que formam esta grande teia da vida”, complementa a coordenadora do centro público.

O CESOL Baixo Sul desenvolveu diversas ações durante a pandemia com a finalidade de apoiar o máximo possível os empreendimentos do território para que estes pudessem atravessar o desafio da crise sanitária instalada. Entre as tantas ações, o CESOL preocupou-se com a questão da comunicação, em especial com a utilização das redes sociais, o que para alguns usuários carece de conhecimento e habilidades na utilização. Segundo a equipe do CESOL, a comunicação se mantém como ferramenta estratégica para adaptação à realidade atual, com circulação rápida das informações, por meio das redes sociais e exigência de conhecimento mínimo sobre como funcionam alguns sistemas, redes sociais e *sites* para uma colocação estratégica das marcas, produtos e do empreendimento. Para isso, há também a necessidade de focar em uma ampla rede de contatos, conectada às novidades de cada empreendimento, em especial para realizar a divulgação dos produtos para o público em geral.

Uma das ações empreendidas, organizadas e gerenciadas pelo CESOL foi buscar dar visibilidade aos produtos da região e dos empreendimentos, por meio da publicação de *cards* dos produtos, realização de *lives* de divulgação com ampla participação, inclusive, de pessoas de outras regiões, participação em outros eventos virtuais de parceiros, enaltecendo a qualidade e afirmando a soberania dos grupos na luta e resistência contínuas pela valorização da agricultura familiar e economia solidária.

De acordo com as informações colhidas durante a pesquisa, a caracterização dos grupos da carteira ativa do CESOL Baixo Sul demonstra que 75% deles são rurais e 25% urbanos. Esse conhecimento é importante, pois quando se analisa esta informação de forma conjunta com o mapeamento dos empreendimentos e o segmento de produção de cada um deles é possível ter uma dimensão na escala macro das afinidades e dificuldades comuns e de como pensar estratégias viáveis para a superação dos obstáculos numa perspectiva sistêmica.

Esse recorte parece ser interessante para entender como as redes se organizam internamente no espaço territorial, potencializando características como proximidade, afinidade e similaridade para soluções comuns, por exemplo, a criação de novos espaços de comercialização, a luta pela melhoria de infraestrutura logística e de produção em rede. Dessa forma, o CESOL Baixo Sul se apresentou como importante parceiro dos empreendimentos no que diz respeito à organização e apoio para divulgação e comercialização de produtos dos EES da região nas redes e mídias sociais. Ao apostar na comercialização, na autonomia, na solidariedade, na elevação da autoestima, no rompimento com estruturas históricas de mercado e de relações de poder, na afirmação do modo de vida camponês, agroecológico e na Economia Solidária, o CESOL, os EES e os demais parceiros firmam o compromisso com o desenvolvimento regional sustentável para o Baixo Sul numa perspectiva coletiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe as experiências dos EES do Território Baixo Sul do Estado da Bahia durante a pandemia da covid-19, apresentando as ações que foram desenvolvidas para que empreendimentos e famílias ligadas às atividades da economia solidária pudessem sobreviver e ultrapassar as dificuldades e desafios trazidos pela pandemia que assolou o mundo.

É fato que mesmo nossa sociedade vivendo em um sistema econômico cujo modelo hegemônico é o capitalismo, ainda assim não foi possível que as pessoas, tampouco as empresas deixassem de sofrer os impactos trazidos pela crise sanitária, fazendo com que as economias de diversos países amargassem dificuldades que nem mesmo o próprio sistema capitalista foi capaz de oferecer respostas satisfatórias para a resolução dos problemas causados pela crise sanitária. Muito pelo contrário, tornou-se ainda mais evidente uma série de fragilidades oriundas do próprio sistema e que em especial as populações mais vulneráveis já vivenciavam, o que reforçou principalmente as desigualdades sociais.

Contudo, no cenário da crise pandêmica, ainda que com tantas dificuldades e enormes desafios, foi possível perceber outras formas e maneiras de se lidar com os tantos problemas trazidos pela covid-19, desde as questões ligadas à saúde, bem como em relação às questões ligadas à economia. Foi possível perceber que há “outras economias possíveis” (DE SOUSA SANTOS, 2020), que há outras maneiras de nos relacionarmos com os produtos, com o meio ambiente, com as pessoas e com o consumo. A Economia Solidária foi uma dessas possibilidades e apresentou experiências positivas em diversas regiões na superação das dificuldades trazidas pela pandemia.

Não se pode deixar de ressaltar que esses empreendimentos ainda carecem de subsídios e políticas públicas que possam apresentar-lhes um cunho mais emancipatório, no sentido da minimização das vulnerabilidades e exclusão social, da busca pela geração de trabalho e renda em decorrência da falta de emprego formal no mercado e das regras ditadas pela hegemonia do capital.

No caso deste estudo, a experiência dos empreendimentos econômicos solidários do Território de Identidade Baixo Sul da Bahia, apesar dos inúmeros desafios, foi capaz de demonstrar superação durante o período mais crítico da pandemia e continuar suas atividades produtivas, gerando trabalho e renda para os empreendimentos, garantindo a subsistência e sustentabilidade de seus negócios o sustento e subsistência de suas famílias e ainda foram capazes de desenvolver um trabalho de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade no território, doando cestas agroecológicas para famílias carentes.

De acordo com as informações e relatos dos entrevistados neste estudo, foram desenvolvidas diversas ações que pudessem dar suporte e apoio aos empreendedores solidários. Um dos principais articuladores dessas ações que buscou dar o maior suporte possível foi o CESOL do território, que desenvolveu desde mecanismos de gestão e comunicação até a assistência técnica que normalmente já prestam aos empreendimentos, com ajuda da Política Pública de Assistência Técnica e Inclusão Socioprodutiva da Economia Solidária na Bahia.

Foram realizados diversos eventos virtuais nas redes sociais do Centro Público, palestras, vídeos explicativos sobre as redes e mídias sociais e como utilizá-las, postagens de *cards* dos diversos empreendimentos nas mais diversas cidades que compõem o território e da divulgação e comercialização de seus produtos, entre outras ações, visando dar suporte aos empreendimentos e fazendo com que eles também pudessem obter as informações necessárias para autonomia de sua comercialização. Além disso, os empreendimentos receberam suporte para se articularem em redes e formar novas parcerias para a comercialização.

Munidos desse suporte os empreendimentos e atores sociais passaram a se organizar e se articular de uma melhor forma e a caminhar com as próprias pernas, mais seguros de como deveriam agir para continuarem suas atividades e a comercializarem seus produtos. Reforçaram ainda mais seus laços cooperativos e solidários e estabeleceram entre si mecanismos de ajuda mútua, inclusive para se apoiarem não só ao que diz respeito ao trabalho e renda, mas em relação aos vínculos sociais que os unem.

Dessa forma, é importante entender que, apesar de toda a crise que foi vivenciada por cada um de nós, seja na área de saúde, seja nas economias nacionais e mundial, outras formas de gerar trabalho e renda foram possíveis. Formas baseadas na cooperação, na solidariedade, na ajuda mútua. Essas bases estão enraizadas na economia solidária, conforme apresentamos na experiência do território Baixo Sul da Bahia.

Futuros estudos ainda podem avançar acerca da adoção de novos mecanismos de gestão e ações que foram adotadas durante a pandemia da covid-19, para empreendimentos solidários e todo o processo de readaptação dos grupos e atores sociais ligados a essas atividades produtivas, em especial ao que tange à comercialização de produtos, principalmente porque, tais mecanismos e ações adotadas a partir dos novos arranjos impulsionados pela crise pandêmica passaram a fazer parte das atividades e do cotidiano desses empreendimentos, a exemplo da comercialização por meio das redes sociais, o que pode contribuir em uma rica troca de experiências a serem estudadas e divulgadas.

A que se pontuar também algumas limitações no decorrer desse estudo, sendo a principal delas a própria articulação com os participantes da pesquisa quando da realização das entrevistas, devido à organização das agendas para realização das reuniões virtuais para execução das entrevistas por vezes tornou-se inviável por conta de local adequado e sem interferências de terceiros, dificuldades de conexão de internet, interrupções durante o processo de coleta, entre outras. Já no processo de coleta de informações de forma presencial, uma das principais limitações foi o cuidado redobrado que tivemos que dispensar no contato com os participantes, dado que quando foi realizada tais entrevistas ainda estávamos prezando pelo distanciamento sendo necessário maiores cuidados no contato com os participantes, utilização de máscaras e higienização, distanciamento físico, inclusive para realizar as gravações.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**. Salvador: Secretaria do Planejamento, 2016. v. 2.
- BAHIA. SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE (SETRE). **Edital de Seleção nº 006/2018**. Assistência Técnica e Extensão Urbana para em Empreendimentos Associativos, através da implantação/gestão de Centro Público de Economia Solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Salvador: SETRE, 2018. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BAHIA. PORTAL OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Comitê Popular Solidário lança campanha para arrecadar doações**. Salvador: Secretaria de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2020/04/noticias/solidariedade/comite-popular-solidario-lanca-campanha-para-arrecadar-doacoes/>. Acesso em: 9 maio. 2022.
- BORGES, Adriana Vilas Boas. **Economia solidária e políticas públicas: novos olhares sobre a inclusão socioprodutiva**. Salvador: Edufba, 2021.

BRAND, Ulrich; BOOS, Tobias; BRAD, Alina. ScienceDirect Degrowth and Post-Extractivism: Two Debates with Suggestions for the Inclusive Development Framework. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Amsterdam, v.24, p. 36–41, 2017.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ESCOBAR, Arturo. Degrowth, Postdevelopment, and Transitions: A Preliminary Conversation. **Sustainability Science**, New York, n. 10, p. 451–462, 2015.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz. Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUPTA, Joyeeta; POUW, Nicky. Towards a trans-disciplinary conceptualization of inclusive development. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Amsterdam, v. 24, p. 96–103, 2017.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Divulgação trimestral. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Taxa desemprego. Divulgação trimestral. Brasília, DF: PNAD, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchphrase=all&searchword=desemprego+2020>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. Trad. São Paulo: Boitempo, 2014.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil Territorial: Território do Baixo Sul da Bahia**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

NIEDERLE, Paulo André; GRISA, Catia; PICOLOTTO, Everton; SOLDERA, Denis. Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil : Conservative Attacks and Restricted Countermovements. **Latin American Research Review**, Cambridge, v. 54, n. 3, p. 707–720, 2019.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **Poder e Território no Baixo Sul da Bahia: discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

REVILL, John; FARGE, Emma. Dados de morte por COVID-19 no mundo pela OMS. **Agência Brasil**, 21 abr. 2021. Internacional. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-05/oms-numero-global-de-mortes-por-covid-19-pode-estar-subestimado>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SILVA, Egnaldo Rocha da. **Comunidade negra rural de Lagoa Santa: história, memória e luta pelo acesso e permanência na terra (1950-2011)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

SILVA, Edna Morais da; OLIVEIRA, Jennifer Cruz de; LOURENÇO, Maria Clara Martins; SILVA, Suzana Melissa de Moura Mafra da. Vendas virtuais como estratégia de enfrentamento aos impactos da COVID-19: a experiência da Feirarte potiguar de economia solidária. **Empírica BR – Revista Brasileira de Gestão, Negócio e Tecnologia da Informação**, Natal, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SINGER, Paul. Políticas públicas para a economia solidária no Brasil. *In*: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. (orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SOUSA, Diego Neves de.; JESUS, Maria Eduarda Ribeiro de; BERALDO, Keile Aparecida. Impactos da pandemia da COVID-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na COOPRATO. **Revista movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.10, p. 1-15, 2021.

SOUSA, Jessé de. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

Recebido em: 30/05/2022

Aceito para publicação em: 10/11/2022